

**Trabalho Apresentado no Simpósio Temático “Os Índios e o Atlântico”, XXVI
Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de
2011**

**Presença indígena na Guerra dos Farrapos:
primeiras observações (c.a 1831-1851).**

EDUARDO NEUMANN*

INTRODUÇÃO

Quando Nicolas Dreys, francês radicado no Rio Grande por mais de 10 anos, escreveu *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul* ele dedicou um capítulo à composição da população.¹ Ao analisar como ela estava constituída nessa Província classificou os indígenas como uma subdivisão da população livre, pois são estes os “homens de quem a terra do novo mundo é a pátria primordial”, em uma clara contraposição a condição servil dos escravos.

Suas observações abrangem os anos que antecederam o início da guerra dos farrapos (1835-1845) - conflito que convulsionou a Província por uma década. Na primeira parte de sua obra ele procurou caracterizar a sociedade sulina, dedicando atenção a “topografia física”. Em sua narrativa demonstra simpatia pela gente rio-grandense e, ao descrever os habitantes e seus costumes, elabora um importante registro da configuração social daquele território. A atenção dispensada á população que habitava a campanha, região de fronteira com os países platinos – área que forneceu homens para lutar nessa guerra civil contra o Império do Brasil -, acaba por revelar a presença dos indígenas.

Ao comentar sobre a situação geral dos ameríndios na Província, Dreys registrou que a “população branca envolve na sua esfera de atividades os anteriores povoadores da terra identificados com ela, isto é os indígenas”. Muitos deles executavam os mesmos trabalhos desempenhados pelos homens livres, no caso as lides pecuárias e bélicas. Estavam, portanto, assimilados nas tarefas cotidianas integrando a população rural. Em suas anotações o autor demonstra um conhecimento da trajetória das principais “nações indígenas” que ocupavam o território da Província do Rio Grande, enumeradas por ele como cinco: *Os Patos, os Xarruas, os Minuanos, os Guaianás e os Tapes*.

* Professor do Departamento e do PPG em História da UFRGS. Doutor em História social. Esta pesquisa contou com o auxílio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

¹. Nicolas Dreys saiu da França, em 1815, em função dos acontecimentos políticos no seu país e chegou ao Brasil em 1817. Por sua formação militar ingressou nas forças rio-grandense estando envolvido nas guerras contra Artigas. Fixou residência na cidade de Rio Grande em 1818. Realizou viagens pelo interior da província, por interesses comerciais e conheceu diretamente a realidade social da região. Em 1828, saiu de Rio Grande, fixando residência Iguape. Em 1837 trasladou-se para o Rio de Janeiro, onde publica a sua *Notícia* em 1839 (DREYS, [1839] 1962). Citações extraídas da página 154.

Por certo que a distribuição e os etnônimos apresentam algumas imprecisões, mas ao especificar cada uma das “nações” Dreys elabora um breve comentário sobre a localização e seu destino. Menciona que no século XIX, nessa Província, após as guerras no rio da Prata “não se depara senão com os Guaranis, confinados na extensão do antigo país das Missões”. Segundo ele remanesciam apenas estes indígenas, mesmo reconhecendo que alguns Charruas e Minuanos, após atuarem nas Guerras Cisplatinas (1811-1828), foram “assimilados” em meio à população rural.

Além dessas parcialidades, havia as populações conhecidas como Guaianás (Kaingang), instalados no planalto sul-rio-grandense. Como o lócus dos combates foi à região da Campanha, muito provavelmente estes indígenas não chegaram a participar diretamente nos conflitos. Porém, logo após o término da farroupilha fora alvo de uma política de aldeamento por parte do Governo da província.

A HEGEMONIA DA MATRIZ LUSITANA

Apesar da documentação oficial sobre a ocupação e colonização do Rio Grande do Sul e mesmo os relatos de viajantes mencionarem a presença ameríndia, lamentavelmente, a atenção dedicada pela historiografia sul-rio-grandense às populações indígenas não corresponde á sua importância na formação dessa sociedade. Em parte por que há uma ênfase demasiada na imigração europeia ao Rio Grande do Sul, uma apologia do imigrante; por outra imperava a concepção de uma assimilação e gradual extermínio dos indígenas, como propalado em outras regiões. O certo é que, mesmo diante da renovação verificada em outras áreas da América Portuguesa, o “índio colonial” ainda é um personagem ausente na historiografia regional. Escrever a história dos índios ainda segue como um grande desafio para os historiadores (MANDRINI, 2003)

Porém, sabemos que em muitos dos conflitos travados por parte das Monarquias Ibéricas na América do Sul, pelo controle e posse do território que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul, houve o envolvimento das populações ameríndias. Dentre as parcialidades que habitavam as terras meridionais e que participaram nessas disputas os guaranis desempenharam um papel de destaque (NEUMANN, 2009). Eles foram um dos últimos grupos humanos a ingressarem no território, pouco tempo antes da chegada dos colonizadores, e um dos primeiros a aceitar a evangelização promovida pelos jesuítas. Com

eles conviviam os índios pampianos, conhecidos historicamente como Charruas (PI HUGARTE, 1997) e Minuanos² que ora oscilavam como aliados, ora como inimigos das autoridades ibéricas na região.

De fato, a população das reduções orientais - de um conjunto de 30 “pueblos de índios” pertencentes à monarquia espanhola – depois do Tratado de Madri, foi cobiçada pelos lusitanos. O aporte missioneiro incrementou de maneira considerável a demografia da sociedade sul-rio-grandense. E, após a expulsão dos jesuítas, esse trânsito foi mais acentuado, com a chegada de diversos indígenas egressos das reduções aos domínios portugueses na América. Contudo, do ponto de vista da produção de conhecimento, de uma escrita da história, este período apresenta-se como a de um “vazio historiográfico” devido à hegemonia da matriz lusitana (GUTFREIND, 1992).

Nessa matriz a fronteira era concebida de maneira excludente, negando a presença das comunidades indígenas e de seus integrantes na formação do Rio Grande. Motivo pelo qual imperava uma concepção em que os guaranis, por estarem vinculadas ao mundo colonial hispânico, eram vistos como inimigos dos interesses lusitanos e, o que sucedeu em tais povoados indígenas, antes do século XIX, não pertencia á história do Rio Grande (VELLINHO, 1973).

Em *grosso modo*, como desdobramento dessa premissa, os indígenas foram desconsiderados enquanto sujeitos atuantes na construção da sociedade sul-rio-grandense. Contudo, cabe ao historiador enfrentar o desafio de recuperar o papel histórico dos atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente. Somente assim será possível reverter o quadro ainda hoje prevalecente, marcado pela omissão ou, na melhor das hipóteses, por uma visão simpática aos índios, mas que os enquadra como vítimas de poderosos processos externos à sua realidade (MONTEIRO, 2001).

Enfim, como ainda impera uma concepção do passado dos indígenas condicionado por avaliações dessa ordem, há um grande desconhecimento a respeito da trajetória das populações ameríndias e o papel que elas desempenharam em episódios cruciais de nossa história.

². Pesquisas arqueológicas e históricas recentes têm apontado uma preponderância dos Minuanos no território do Uruguai e parte do sul do Brasil, sendo eles os construtores dos *cerritos de índios*. Atualmente tem-se questionado a pertinência da noção de macro etnia charrua. LOPEZ MAZZ, J. M & BRACCO, Diego. 2010.

AS POPULAÇÕES AMERÍNDIAS NO CONTEXTO PLATINO

Nos últimos anos os novos debates na historiografia, amparados pelos subsídios provenientes da pesquisa em arquivos, têm enfatizado o papel desempenhado pelos indígenas enquanto agentes sociais na América portuguesa, privilegiando as estratégias adotadas frente às situações de conflitos e o seu papel como mediadores culturais (ALMEIDA, 2010).

A expansão dos interesses portugueses em direção ao sul da América coincide temporalmente com o início da política indigenista do Marquês do Pombal, expressa no Diretório dos Índios, de 1758. O Diretório estava pautado por diretrizes que estimulavam a implantação de aldeamentos. Entre aqueles instalados no Rio Grande do Sul destacamos o de São Nicolau do Rio Pardo, fundado em 1757, e o de Nossa Senhora dos Anjos, no ano de 1763. Nesse último, mais de 2 mil indígenas foram rebatizados, recebendo nomes portugueses e sobrenomes de famílias instaladas no Continente. Ambos aldeamentos faziam parte das medidas de atração e assimilação dos guaranis missioneiros ao Império Português no extremo sul da América (GARCIA, 2007). Novas possibilidades eram apresentadas aos índios das reduções diante da política de alianças promovida pelos lusitanos, a estratégia visava atrair novos vassallos para os domínios de Portugal no extremo sul da América.

As promessas feitas por Gomes Freire de Andrada, aos índios das missões, quando ainda estava nas reduções orientais não foram completamente atendidas. Por certo que, a busca por aliados e o estabelecimento de alianças, remete as primeiras tentativas lusitanas de se instalar no rio da Prata quando, a partir da fundação da Colônia do Sacramento, estabelecem negociações com os índios Minuanos tidos como “índios amigos” (GARCIA, 2008). Além das parcialidades guaranis estabelecidas nas missões, à região platina também estava ocupada pelos Charruas e Minuanos. Populações que por compartilharem o mesmo território mantiveram contatos frequentes, nem sempre amistosos, a se julgar pelas informações geradas pelos próprios índios.

De fato, qualquer reavaliação das dinâmicas socioculturais no rio da Prata, deve levar em conta as interações entre estas populações ameríndias (BRACCO, 2004). Há consenso entre os pesquisadores que nessa região, durante a fase de emancipação política, as populações indígenas jogaram papel de relevância na formação dos exércitos, milícias e

tropas durante a construção dos estados nacionais (RATTO, 2008). Um exemplo recorrente é a proposta agrária de cunho radical de José Gervásio Artigas, para a Província Oriental (atual República Oriental do Uruguai), expressa no *Reglamento Provisório*, no qual contemplava os indígenas, em seus estatutos, com a concessão de terras. Contudo, a oposição ao projeto Artiguista impediu a execução dessa medida. Provavelmente, esses ameríndios seguiram vagando pelos campos, buscando a vida na campanha em meio aos conflitos e guerras de fronteira (WILDE, 2009, 335-358).

INDÍGENAS NAS MÍLIAS FARROUPILHAS

Por sua importância, muito já se escreveu sobre a Guerra dos Farrapos, conhecida à época como Revolução de 35. No início, a escrita da história ocupou-se da vida dos grandes homens, personagens elevados à condição de heróis. Recentemente, a participação dos afrodescendentes nessa guerra tem merecido atenção, principalmente em função de um polêmico episódio, conhecido na historiografia como a batalha ou “Surpresa de Porongos” (SPENCER, 1985: 61-78), ocorrida em novembro de 1844, no final do conflito. Trata-se do massacre do Corpo de Lanceiros Negros, organizado por Teixeira Nunes, acampado nas imediações do arroio Porongos.

Mesmo diante dos avanços verificados nos últimos anos no sentido de um resgate de agentes históricos, procurando restituir o papel de protagonistas às massas silenciadas, quase nada foi pesquisado no que se refere à participação indígena nessa guerra. As populações ameríndias, ao contrário de que se pensava, participaram nos conflitos imperiais. Lamentavelmente, eles seguem como os esquecidos desta rebelião deflagrada em plena fronteira do Império do Brasil.

Aliás, ainda são rarefeitas as pesquisas históricas dedicadas à questão indígena no Rio Grande do Sul durante o século XIX. Realidade que contrasta com o fato de que naquela Província existiam aldeamentos indígenas. Um deles, o mais importante, estava localizado em Rio Pardo, denominado de São Nicolau, composto de índios egressos das reduções orientais (MELO, 2011). Este aldeamento, cuja longevidade chama a atenção, foi um espaço privilegiado, um epicentro, para muitos encontros e experiências indígenas, tanto no período colonial como após a independência do Brasil.

A documentação consultada atesta o quanto à população ameríndia da Província contribuiu com o esforço de guerra farroupilha, principalmente diante das dificuldades crônicas dos rebeldes republicanos em arregimentar soldados, diante de sua estreita base social (FREITAS,1985:116). Na campanha sul-rio-grandense, nos campos de criação de gado, os recursos humanos dos farrapos eram heterogêneos. Afinal, parte significativa dos efetivos militares farroupilhas estavam constituídos por peões e agregados das estâncias entre os quais figuravam indígenas.

Nas áreas sob a administração dos rebeldes farroupilhas, houve a orientação para que indivíduos de confiança do governo republicano procurassem localizar recrutas entre agregados e escravos das forças inimigas, potenciais voluntários para o serviço militar em favor da causa Farroupilha. Como em toda guerra, as formas de recrutamento refletiam a condição social, e muitos comandantes extrapolaram os seus limites, como se percebe pelos vários decretos emitidos pelo ministro da guerra dos farrapos, José da Silva Brandão, procurando controlar as medidas arbitrárias praticados pelos comandantes militares (SPENCER,1985:67). Com o transcurso da guerra houve um aumento das fugas de escravos alistados como soldados no exército farroupilha, principalmente nas áreas próximas á fronteira com o Uruguai. Diante dessa situação o governo republicano necessitou recorrer a outras medidas para atender o esforço de guerra, principalmente para suprir as frentes de combate.

Nesse sentido, uma alternativa para engrossar o exército farroupilha foi a de contar com o trabalho dos índios (FLORES, 2002:144-150). Vejamos alguns exemplos dessa participação. Em setembro de 1835, quando os farroupilhas entraram na capital, a força rebelde “não excedia de 80 a 90 pessoas, índios, negros e mulatos pela maior parte armados de lanças”,³ conforme consta no ofício expedido pela Câmara de Rio Grande, no dia 2 de outubro, ao presidente da Província, Fernandes Braga.

As hostilidades entre farroupilhas e caramurus, que resultaram no posterior rompimento com o Império do Brasil, iniciam com a invasão da capital pelas forças rebeldes. Já em sua primeira ação militar os farroupilhas apresentavam uma composição social bastante diversificada onde figuravam diversos indígenas. Boa parte dessa milícia portava lanças, arma muito constante na mão daqueles que integravam a infantaria farroupilha.

³. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela (CV.3226). Porto Alegre, 1983, Volume 6, PP.35-38.

No ano seguinte, por ordem de Bento Gonçalves, foi mandado reunir em Caçapava todos os indivíduos, sendo especificado para se arregimentar, inclusive, índios e libertos.⁴ Os indígenas além de atuarem na infantaria, também participaram como lanceiros.

Através do interrogatório respondido por Quintiliano Rosa, em outubro de 1838, - quando servia aos rebeldes farroupilhas - ao capitão encarregado dos prisioneiros, somos informados que a República Rio-grandense contou com o auxílio de um esquadrão de lanceiros índios, egressos de Santa Maria.⁵ O esquadrão era responsável pela guarda da Azenha, na capital, sob o comando do Tenente Hipólito.

A formação e atuação de um corpo de lanceiros indígenas a serviço dos farroupilhas atendeu as necessidades mais urgentes dos comandantes militares, ou seja, a de homens aptos a atuarem nos embates com as forças imperiais. Motivo pelo qual as atividades militares são aquelas que oferecem as melhores pistas sobre a presença e atuação indígena, porém sem estarem restritas às ocupações de guerra. Sabemos que os índios atuaram nas atividades campeiras, como domadores de cavalos além de integrantes das milícias.

Em fevereiro de 1839, o então presidente da República Rio Grandense, Bento Gonçalves da Silva, encarregou o capataz da estância de Propício, arrendada pelo coronel Leão, de amansar toda a “potrada” que houvesse, contando em obter cavalos para a causa Farroupilha. Para executar a tarefa Bento Gonçalves solicitou dois ou três índios ao coronel João Antônio da Silva, comandante da Divisão da Direita, para a doma dos potros.⁶

Em maio desse mesmo ano, Antônio Manuel Correia da Câmara participou a Domingos José de Almeida que os peões guaranis Francisco, Domingos, Bonifácio, André, José, Mariano, Antônio e Inácio, todos de sua estância, trabalhavam na Divisão da Direita, do exército republicano, sem receber qualquer remuneração.⁷

Os índios, como se pode constatar, figuravam nos planos dos generais farroupilhas. Nesse sentido, os comandantes militares consideravam a estância de São Vicente, localizada no rincão homônimo, como pertencente a República e destinaram um local entre

⁴. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela (CV.5083). Porto Alegre, 1983, Volume 9, pp.199-200

⁵. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela (CV.5416). Porto Alegre, 1991, Volume 10, pp. 70-71.

⁶. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva, (Doc 137). Porto Alegre, 1985. pp.87-88.

⁷. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela (CV.3261). Porto Alegre, 1983, Volume 6.

o rio Toropi e o Ibicuí para estabelecer uma colônia com guaranis sob a proteção do general Bento Manuel Ribeiro.

Embora os índios, em janeiro de 1840, tivessem requerido ao coronel João A. da Silveira, comandante da Divisão da Direita, para permanecer no campo de São Vicente, o pedido não foi atendido. Nessa ocasião, Bento Gonçalves ordenou novamente ao coronel João da Silveira que reunisse para o exército toda a gente que pudesse arregimentar, inclusive, índios e libertos. Sempre que houve necessidade de reunir uma tropa, para fazer frente às ofensivas do Império, os índios aparecem como uma possibilidade efetiva de captação de braços para a guerra.

Enfim, apesar de figurarem nas Divisões militares muitos deles com seus nomes e ocupações, os índios não estão presentes na escrita da história dessa guerra civil deflagrada em plena fronteira platina. Talvez o pouco interesse pela presença indígena na Guerra dos Farrapos decorra do fato de que ela não gerou um debate acalorado na Província ou mesmo na Corte do Império. Afinal, como mencionou Dreys, eram homens livres.

O SERVIÇO DAS ARMAS: ENTRE AS “FORÇAS DA LEGALIDADE” E DOS REBELDES

A presença indígena na Guerra dos farrapos, ao contrário do que se poderia supor, não esteve restrita as forças rebeldes. Além de engrossarem as fileiras das milícias farroupilhas, conforme exposto, os índios também atuaram ao lado das forças Imperiais, para o serviço das armas. Por sua posição estratégica os índios de São Nicolau, no século XIX, participaram ativamente nas guerras em que o Rio Grande do Sul esteve envolvido (MELO, 2011: 91-127).

Três anos antes da eclosão do conflito, em julho de 1832, em reunião extraordinária do Conselho administrativo, o governador da Província foi informado que estava estacionado na região das Missões, o Regimento número 25 de Cavalaria de 2 linha e que era “ todo composto de índios” e que por estarem em uma fronteira, eles poderiam sentir-se atraídos por alguma mobilização dos chefes e oficiais da republica Oriental do Uruguai. Por este motivo os indígenas e demais indivíduos foram deslocados do Departamento das Missões, sendo sugerida a sua remoção para o interior da Província.⁸ Estas medidas visavam garantir a manutenção da ordem e segurança do Rio Grande e demonstra como as

⁸. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela (CV. 5024). Porto Alegre, 1985, Volume 9, pp.112-113.

populações indígenas foram alvo de atenção dos funcionários do Império frente à proximidade dos caudilhos orientais e do passado recente de lutas no rio da Prata.

Nesse sentido, um conjunto importante de documentos para resgatar esta presença nas “forças da legalidade”, durante o decênio bélico, é a correspondência administrativa. Em 1858, José da Fonseca e Souza Pinto, diretor do aldeamento de São Nicolau, escreveu ao diretor geral dos índios, José Joaquim de Andrade Neves, comentando que no aldeamento de Rio Pardo: “(...) são quase todos velhos e crianças, encontrando-se dentre aqueles muitos servidores ao Estado, que por sê-lo, se inutilizaram por ocasião da guerra civil nessa Província”.⁹ Por certo que a realidade beligerante desta província, em armas durante todo o século XIX, parece explicar a constante oscilação demográfica do aldeamento de São Nicolau. Alguns partiam para não mais voltar, por vezes retornavam aqueles que foram mutilados em campo de batalha residindo novamente no aldeamento, carregando apenas as marcas e memórias de uma longa e desgastante guerra.

Anos depois, em outro relatório, ao analisar o estado dos aldeamentos da Província, este mesmo diretor recordava que:

“Quando em 1819 tomei o comando do Aldeamento existião 300 a 400 aldeados conservando-se em ordem até 1835, época em que rebentou a revolução na Província, esta revolução veio dar golpe mortal a este aldeamento, as forças da legalidade chamarão as armas seus habitantes, e do lado dos rebeldes fizerão o mesmo reunindo ambas para as fileiras”.¹⁰

As palavras do diretor do aldeamento esclarecem que os índios dessa localidade, além de úteis ao Império também foram atraídos pelo chamado dos farroupilhas, quando atuaram diretamente no conflito, sendo constantes as menções as qualidades dos guaranis para o serviço em armas. Os administradores de São Nicolau do Rio Pardo atenderam sistematicamente as requisições de homens para a guerra e, a situação belicosa da Província, determinou que “um só não escapa de pegar em Armas”. Esta é principal razão da população de São Nicolau estar constituída predominantemente de velhos e crianças, ou seja, quase sem homens em idade adulta.

Frente à constante necessidade de novos recrutamentos, cabe indagar pelo grau de adesão dos índios nestas guerras, quando requisitados para atuarem junto às forças

⁹. AHRGS. Correspondência ativa de José Joaquim da Fonseca e Souza Pinto; José Joaquim de Andrade Neves. *Diretoria Geral de Índios*, maço 4, março de 1858.

¹⁰. AHRGS. Correspondência ativa de José Joaquim da Fonseca e Souza Pinto; José Joaquim de Andrade Neves. Relatório do estado dos Aldeamentos. *Diretoria Geral de Índios*, maço 4, 26 de dezembro de 1864.

legalistas (caramurus). Estavam motivados por alguma posição política ou apenas fora massa de manobra para os comandantes das tropas? Uma leitura das fontes compulsada tem indicada que nem todos apresentaram o mesmo grau de engajamento, qualquer que fosse o lado em que estivessem posicionados.

A existência do nome de alguns indígenas na relação de prisioneiros políticos fornece evidências de que os comportamentos foram bastante diversos. Na relação nominal de presos políticos encarcerados na prisão do quartel do Batalhão 11, em Porto Alegre, datada a 11 de dezembro de 1839, figuram 18 nomes sendo que três (3) deles estão identificados pela cor, como sendo índio.¹¹ Essa relação apresenta os nomes completos, a idade, o estado (civil), a naturalidade além da data de detenção e o tempo de permanência na prisão. Todos presos em nome do Império.

Trata-se de um documento detalhado onde consta ainda de quem partiu a ordem de prisão e a “natureza da culpa”. Através dessas informações é possível afirmar que houve a contestação as ordens recebidas ou atritos com algum comandante, pois os três índios foram acusados de serem “anarquista prisioneiro”. Aliás, acusação esta que levou mais 12 pessoas para a prisão.

Dos três índios detidos, Antonio Nazário, casado, com idade de 57 anos, foi preso por ordem do próprio presidente da Província. Os demais foram a prisão por ordem do marechal de campo e comandante da guarnição. Todos eram desta província e estavam reclusões por pouco tempo, em média, um a dois meses. Em sua grande maioria esses “anarquistas” ainda não havia sido julgados. Possivelmente alguns seriam liberados como aconteceu com Boaventura Rodrigues de Vasconcelos, que passou de março a dezembro de 1839, detido nesse quartel, em Porto Alegre. No dia 7 de dezembro desse ano ele foi anistiado pelo presidente da província.

Outros indígenas, diante de determinadas situações, pelo que se pode inferir, manifestaram opiniões. Ocasões nas quais procuraram garantir suas vontades e a liberdade de ação. Este parece ter sido o caso do índio Manuel da Cruz da aldeia de São Nicolau, que em março de 1850, solicitou baixa por achar injusto ter sido recrutado. Ao ser engajado como praça no 4^o regimento de Cavalaria de 1^a linha ele encaminhou um requerimento e

¹¹. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela (CV.5418). Porto Alegre, 1991, Volume 10. (Relação nominal dos Presos políticos existentes nas prisões desta cidade neste quartel relativo ao tempo que decorreu desde o primeiro ate quinze de dezembro de 1839), pp. 71-72

demais documentos ao Diretor Geral dos índios, em Rio Pardo, para que fossem encaminhados à Presidência da Província.¹² Este pedido coloca em destaque uma manifestação de desacordo do índio Manuel com uma ordem que lhe parecia arbitrária. Recorreu a um procedimento legal, de solicitar baixa a um superior. Outros, diante do desagrado de alguma situação, desertaram sem deixar qualquer registro de suas inconformidades, como fizeram os soldados Euzébio Almada e Marcos Antônio, ambos referidos como de “côr guaranim”.

Atitudes de enfrentamento e contestação também foram registradas nas fileiras rebeldes. O índio Miguel foi acusado pelo tenente Luís Correia da Câmara de insubordinação quando estava sob seu comando. Ele negou-se a devolver um cavalo de estimação que havia sido roubado, afrontando a autoridade do tenente. Em março de 1839, devido a falta de ordem e disciplina dos dez homens que estavam sob seu comando, sendo “que todos eram índios”. Em face do ocorrido o tenente comunicou por escrito o comandante interino do Corpo de Caçapava rogando-lhe uma pronta satisfação. Na carta comunicava que o tal índio Miguel depois do episódio ficava “blasonando este por sua vitória”. Os ultrajes ao tenente contavam com o apoio dos demais índios, pois diante de qualquer tentativa de castigo “acodem os mais com as armas engatilhadas em sua defesa”.¹³ Nessa ocasião os índios atuaram de forma coletiva, esboçando uma reação de solidariedade em clara contrariedade às ordens recebidas.

Enfim, as freqüentes deserções dos soldados são indícios de que o engajamento não se dava de forma pacífica. As motivações para participar dos combates nem sempre correspondiam às mesmas razões. Por vezes a própria necessidade de obter alguma vestimenta pode ter levado ao alistamento. A possibilidade de receber armas também era convidativa. Outros, em função de lealdades pessoais, possivelmente estivessem mais convictos da causa pela qual lutavam.

¹². AHRGS. Correspondência ativa de José Joaquim de Andrade Neves a José Antonio Pimenta Bueno, Presidente desta Província. *Diretoria Geral de Índios*, maço 3, março de 1850..

¹³. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela (CV. 3287), Porto Alegre, 1983, Volume 6, p.121.

QUAIS INDIGENAS ATUARAM NOS SERVIÇOS EM ARMAS?

As fontes compulsadas e mesmo os relatos de viajantes indicam uma preponderância dos guaranis entre os índios que atuaram na Guerra, tanto ao lado dos farroupilhas como dos caramurus. Eles foram considerados em diversas ocasiões, como habilidosos para as artes e ainda melhores para “o serviço de armas”, capacidade que vinha se comprovando em todos os tempos e campanhas.

Durante o decênio farroupilha, a campanha sul-rio-grandense foi o palco das principais enfrentamentos, exatamente na região dos criadores de gado, onde estavam instalados os índios dos pampas, também conhecidos com Charruas e Minuanos. Sabemos que muitos estiveram diretamente envolvidos nas sucessivas lutas que resultaram na independência do estado Oriental. Possivelmente alguns se sentiram atraídos pelas possibilidades da guerra, o que torna difícil imaginar que nenhum deles tenha participado desses acontecimentos, mesmo que de forma individual ou esporádica.

Um indício da presença de Charruas foi localizado na documentação administrativa. Em um documento expedido pela Câmara de Alegrete, referente à fazenda de Jacintho da Luz, datado de outubro de 1835, ficou registrado que 50 homens foram mobilizados no Passo do Baptista para garantir a segurança daqueles que estavam encarregados de medir os campos. Essa medida foi justificada diante do fato de que tais campos poderiam ser alvo de um “assalto dos Charruas”.¹⁴ Mesmo que o receio fosse exagerado, a mera menção a eles permite especular sobre a existência de outra parcialidade envolvida na guerra. O cruzamento de fontes permite ousar no sentido de uma hipótese mais forte.

Em um ofício dirigido ao Juiz de Paz do Distrito de Alegrete, pelo Coronel Comandante do Departamento, informando sobre a movimentação de tropas na região, diante da recusa dos comandados do Major Burlamaques em continuar com a marcha, ele orientou os Juizes de Paz para “reunir todos os Guardas Nacionais e mais pessoas e mesmo índios para lanceiros”.¹⁵ Mais uma vez os índios são mencionados para executarem o trabalho de lanceiros, sendo apontados como uma alternativa para a falta de engajamento frente à revolta do Corpo de cavalaria sob o comando de Burlamaques.

¹⁴. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela (CV. 6866). Porto Alegre, 2006, Volume 15, p.174.

¹⁵. ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela (CV. 6893). Porto Alegre, 2006, Volume 15, p.181.

Tais informações permitem especular sobre uma possível atuação dos Charruas nessa região, pois em um mapa elaborado pelo major João C. Jaques, datado de 1891, ele indica a existência de Charruas e mesmo Minuanos em uma “serrania” próxima a cidade de Alegrete, entre o arroio pai passo e o rio Caverá (FREITAS,1975,23). Como os Charruas sempre apresentaram uma conduta hostil em relação aos Guaranis é de se supor que nessa localidade eles tenham sido aproveitados, possivelmente incorporados em alguma tropa de linha. Entre suas qualidades destaca-se a habilidade como cavaleiros, laçadores além de exímios lanceiros. Porém, as fontes ainda não permitem afirmar se houve a formação de uma milícia indígena constituída predominantemente de Charruas ou se eles atuaram apenas como soldados, misturados aos demais.

Tudo indica que muitos, por conta de sua indumentária, passavam por “gaúchos”. Utilizavam apetrechos como chapéu, chiripá e botas de garrão de potro. Um registro das vestimentas desses indígenas são os quadros elaborados por Jean Baptiste Debret, pintor e ilustrador francês, que acompanhou a Missão Artística Francesa ao Brasil. Durante a sua estada na América ele percorreu a região platina e retratou os hábitos da população instalada na campanha sul-rio-grandense. As imagens retratam com riqueza de detalhes uma série de utensílios de origem indígena, como as bolas de bolhadeiras.

De fato, há poucas referências sobre a vinculação étnica dos índios mobilizados e, quando consta, geralmente ela é guarani. Talvez esta constância dos guaranis nas fontes tenha contribuído para que tais indígenas fossem tomados como elemento de identificação comum. Em alguns documentos na tentativa de caracterizar o grupo étnico há referência a “côr guaranim”.¹⁶ A etnia agora é utilizada como sinônimo genérico para caracterizar a pigmentação dos indivíduos. Uma classificação racial que discriminava os sujeitos em brancos, pretos e índios necessitou recorrer, no contexto da guerra dos farrapos, a uma nova maneira de nomear os índios em armas. Particularmente aqueles de “côr guaranim”.

Em resumo, apesar dos cronistas apresentarem ênfase nas descrições dos guaranis é possível inferir que outras parcialidades ameríndias seguiam presentes e participantes no Rio Grande, como os índios pampianos. Conforme observou Dreys, ao comentar sobre o destino de algumas dessas “nações”, possivelmente “alguns indivíduos talvez ficassem nos domínios de seus antepassados, incorporados com a população local” (DREYS,[1839]

¹⁶.ANAIIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Coleção Varela (CV. 7597). Porto Alegre, EdiPUCRS, 2008, Volume 17, p.174.

1961,115). Fato que tem contribuído para minimizar ou mesmo naturalizar a presença indígena entre as tropas rebeldes.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Estas primeiras observações são uma tentativa de (re) escrever a história da Revolução Farroupilha de maneira que contemple a presença e participação ameríndia nesse conflito, em uma perspectiva articulada às contribuições recentes da nova história indígena. As pesquisas elaboradas a partir dessas premissas têm proporcionado uma reinterpretação histórica muito mais complexa – também mais verossímil– possibilitando restituir aos indígenas seu(s) lugar(es) na história.

A localização de informações referentes á atuação dos ameríndios nos exércitos farroupilhas e *caramurus*, como parte das milícias em combate, atuando em ambos os lados do conflito, tem contribuído para retirá-los da condição de invisibilidade a que foram relegados pela historiografia tradicional.

Bibliografia

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Os índios D´Aldeia dos Anjos: Gravataí século XVIII. Porto Alegre: EST,1990.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BRACCO, Diego. *Charrúas, guenoas y guaraníes: interacciones y destrucción: indígenas em el Río de la Plata*. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.

DREYS, Nicolau. *Noticia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Introdução e notas de Augusto Meyer. Porto Alegre: Instituto estadual do Livro, [1839], 1961, 185pgs.

FLORES, Moacyr. *Republica Rio-Grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre, Edipucrs, 2002.

FREITAS, Amadeu Fagundes de Oliveira. “Informações elementares sobre a influência indígena na formação do Rio Grande do Sul”, in *O índio no Rio Grande do Sul*. Perspectivas. Porto Alegre: Comissão executiva de homenagem ao índio, 1975.

GARCIA, Elisa F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Tese (Doutorado) PPGHIS/ UFF, Niterói, 2007.

GARCIA, Elisa. F. “Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800). VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, 2008, vol 24, n.40: p.613-632.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

LOPEZ MAZZ, José M & BRACCO, Diego. *Minuanos: apuntes y notas para la historia y la arqueología del território Guenoa-Minuan*. Montevideo: Linardi y Risso, 2010.

MONTEIRO, John. *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência em Antropologia na Unicamp, Campinas, 2001.

MANDRINI, Raul J y PAZ, Carlos D.(comp.). *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX. Un estudio comparativo*. Tandil/IEHS, 2003.

MELO, Karina Moreira. *A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo nos oitocentos: mais de um século de histórias vividas por índios guaranis*. Dissertação: PPGHIS/ UFRGS, 2011.

NEUMANN, Eduardo S. Os Guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções - Séculos XVII e XVIII, in *História Geral do Rio Grande do Sul*, Volume 5- Povos indígenas (Coord.). BOEIRA, Nelson e GOLIM, Tau. Passo Fundo: Méritos, 2009.

O Índio no Rio Grande do Sul. Perspectivas. Porto Alegre: Comissão executiva de homenagem ao índio, 1975.

PI HUGARTE, Renzo. *Los índios del Uruguay*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1997.

RATTO, Silvia. “Los índios y la revolución en el Rio de la Plata. El proceso independentista entre los indígenas soberanos de Pampa y Chaco”, in BRAGONI, Beatriz & MATA, Sara (comp). *Entre la Colonia y la república*. Insurgencias, rebeliones y cultura política en América del Sur. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008 (pp.143-168).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Tradução Leonam de Azevedo Penna. Editora Itatiaia, Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

SPENCER, Leitman. “Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX”, in DACANAL, Jose Hildebrando. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SALA de Tournon, Lucia, DE LA TORRE, Nelson, RODRIGUEZ, Julio. *Artigas y su revolución agrária (1811-1820)*. México: Siglo Veintiuno, 1987 (2 edição).

VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: S B, 2009

VIDART, Daniel. *El mundo de los Charrúas*. Montevideo: Ediciones de La banda Oriental, 2006.